



LOTE VAZIO DA TERRACAP ENTRE A UNIEURO E A VILA TELEBRASÍLIA NÃO PODERIA SER REGULARIZADO. PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA, EM TAGUATINGA: TERRENO JÁ EDIFICADO, COMO PREVISTO NO PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO

Regularização precisa de audiências públicas

ADRIANA BERNARDES E
SAMANTA SALLUM
DA EQUIPE DO CORREIO

O Governo do Distrito Federal (GDF) terá de fazer mais do que retirar emendas irregulares do projeto de legalização dos terrenos das igrejas. Para evitar a contestação judicial da lei, o governo local terá de fazer audiências públicas para todos os casos em que houver a necessidade de mudança de destinação dos lotes ou desafetação de áreas públicas. Além disso, cada caso deverá vir acompanhado de um estudo técnico que comprove a viabilidade da mudança. O alerta é do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e do Ministério Público do Distrito Federal (MPDFT).

Nota técnica da Comissão de Políticas Urbanas do IAB, assinada pela coordenadora da comissão, a arquiteta Tânia Battella, sustenta que, antes mesmo de encaminhar o projeto à apreciação

da Câmara Legislativa é preciso "fazer estudos técnicos obrigatórios" e possibilitar "a participação popular", como prevê a Lei Orgânica do DF. "Este primeiro projeto foi uma irresponsabilidade. Embora o governo local queira tratar Brasília dentro da legalidade, a proposta inicial não teve a seriedade necessária em sua elaboração", criticou.

E os erros, segundo Tânia Battella, ocorreram antes mesmo de os parlamentares apresentarem as 570 emendas incluindo lotes vagos, estabelecimentos comerciais, associações de ginástica e, até mesmo um apartamento no Sudoeste no projeto. Segundo levantamento do IAB, das 1.301 entidades religiosas e de assistência social que o governo pretendia regularizar, apenas 406 estavam em condições legais de serem aprovadas. "São as únicas que estão em áreas destinadas a essas atividades. Nos demais casos, é preciso mudar a destinação

dos lotes. E isso só pode ser feito após estudo e consulta popular", destacou.

A promotora da 3ª Promotoria de Defesa da Ordem Urbanística (Proub), Marisa Isar, concorda. Segundo ela, caso o novo projeto do Executivo seja aprovado sem observar as exigências da Lei Orgânica, corre sério risco de ser contestado. "Não cabe ao Ministério Público o controle prévio. Mas depois que a lei entrar em vigor, ela pode ser questionada. A gestão democrática da cidade e a participação popular devem ser respeitadas", explicou.

Estaca zero

Após o flagrante de centenas de emendas irregulares, a tentativa do governo de legalizar as instituições voltou à estaca zero. O deputado Paulo Rores (DEM), presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (COF), adiantou que das 1.120 emendas apresentadas — 570 dos deputados e 550

AS EMENDAS

Bispo Renato (PR)	164
Rôney Nemer (PMDB)	159
Wilson Lima (PR)	56
Leonardo Prudente (DEM)	43
Dr. Charles (PTB)	23
Benício Tavares (PMDB)	17
Jaqueline Roriz (PSDB)	9
Cristiano Araújo (PTB)	6
Alirio Neto (PPS)	2
Rogério Ulysses (PSB)	2
Luzia de Paula (PSL)	2
Pedro do Ovo (PMN)	1
Raad Massouh (DEM)	1
Miltom Barbosa (PSDB)	1
Paulo Roriz (DEM)	1

do Executivo — apenas 405 passaram pela vistoria da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). "Essas eu analisei uma por uma. Todas se referem a entidades já estabelecidas e, portanto, podem ser regularizadas", disse.

O Correio teve acesso à caixa-preta das emendas (veja quadro) que transformaram o projeto de regularização de igrejas numa farra de distribuição de terras públicas. Um dos mistérios era a paternidade das propostas. O deputado bispo Renato Andrade (PR) é o campeão. Assinou 164 emendas. Em segundo, está o deputado Rôney Nemer (PMDB), com 159, e em terceiro, Wilson Lima (PR), com 56 emendas.

O deputado bispo Renato Andrade disse não saber quantas emendas apresentou. Mas, garantiu que reapresentaria todas novamente. "Eu e o deputado Leonardo Prudente apresentamos uma emenda ao projeto do Executivo permitindo a inclusão de lotes vagos. Então não havia qualquer irregularidade", afirmou. Segundo ele, a intenção era beneficiar as entidades que não invadiram área pública. "Mas isso já está superado. Vamos legalizar

apenas os locais já edificadas", assegurou.

O deputado Rôney Nemer, hoje diretor da Agência de Fiscalização do Distrito Federal (Agefis), não respondeu aos recados deixados na caixa postal do celular. Wilson Lima (PR) disse ter verificado uma a uma as instituições que pretendia beneficiar com a proposta e que está amparado pela Lei Orgânica e a Lei dos Becos (Lei nº 29/97), que destina parte desses terrenos para igrejas. "Mas já acertei com o governo. Das 44 emendas, vamos preservar 21", disse.

A Companhia Imobiliária de Brasília informou, por meio da assessoria de imprensa, que só vai falar sobre o caso quando a revisão das emendas for concluída. Isso deve acontecer até sexta-feira desta semana. Na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma) a informação é que o processo ainda não chegou para ser analisado.